

## **A inclusão das diferenças étnico-raciais e da diversidade de gênero na agenda política educacional**

**The inclusion of ethnic-racial differences and gender diversity in the educational political agenda**

**La inclusión de las diferencias étnico-raciales y la diversidad de género en la agenda política educativa**

Recebido: 27/05/2022 | Revisado: 09/06/2022 | Aceito: 14/06/2022 | Publicado: 26/06/2022

**José Romero Machado Gontijo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9087-6994>

Universidade de Uberaba, Brasil

E-mail: [joseromeromg@hotmail.com](mailto:joseromeromg@hotmail.com)

**Cílson César Fagiani**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2800-8106>

Universidade de Uberaba, Brasil

E-mail: [cilsoncf@gmail.com](mailto:cilsoncf@gmail.com)

**Fabiane Santana Previtalli**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

E-mail: [fabiane.previtalli@gmail.com](mailto:fabiane.previtalli@gmail.com)

### **Resumo**

A prática escolar envolve todos os enfrentamentos da sociedade em que a escola está inserida. Tudo que está presente na sociedade reflete na escola, como o racismo, homofobia, multiculturalismo, diferença social e outros, que, por sua vez, leva-nos a almejar uma ressignificação da educação e da escola, em um viés de ir além do reflexo das questões sociais, buscando uma maior inclusão das diversidades na agenda escolar. Este trabalho visa abordar a prática escolar com foco nas diferenças étnico-raciais e na diversidade de gênero. A partir de uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, a temática é trabalhada na perspectiva de que a escola integrada e humanizada possa ser o caminho para que esses desafios sejam vistos como crescimento do discente na superação dos mesmos e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. A visão de ser humano é a de um sujeito singular, que permanentemente se autoconstrói, pensa e age com opções éticas e valores, construindo, assim, possibilidades de uma vida melhor e de qualidade.

**Palavras-chave:** Ensino; Prática escolar; Escola integrada e humanizada; Diferenças étnico-raciais; Diversidade de gênero.

### **Abstract**

School practice involves all the confrontations of the society in which the school is inserted. Everything that is present in society reflects in the school, such as racism, homophobia, multiculturalism, social difference and others, which, in turn, leads us to aim for a resignification of education and school, in a bias of going beyond the reflection of social issues, seeking a greater inclusion of diversities in the school agenda. This paper aims to address school practice with a focus on ethnic-racial differences and gender diversity. From a bibliographic research, of exploratory nature, the theme is worked on the perspective that the integrated and humanized school can be the way for these challenges to be seen as student growth in overcoming them and promoting a more just and egalitarian society. The vision of being human is that of a singular subject, who permanently self-constructs, thinks and acts with ethical options and values, thus building possibilities for a better and quality life.

**Keywords:** Teaching; School practice; Integrated and humanized school; Ethnic-racial differences; Gender diversity.

### **Resumen**

La práctica escolar involucra todas las confrontaciones de la sociedad en la que se inserta la escuela. Todo lo que está presente en la sociedad se refleja en la escuela, como el racismo, la homofobia, la multiculturalidad, la diferencia social y otros, lo que, a su vez, nos lleva a aspirar a una resignificación de la educación y la escuela, en un sesgo de ir más allá de la reflexión de los temas sociales, buscando una mayor inclusión de las diversidades en la agenda escolar. Este documento tiene como objetivo abordar la práctica escolar con un enfoque en las diferencias étnico-raciales y la diversidad de género. A partir de una investigación bibliográfica, de carácter exploratorio, se trabaja la temática sobre la perspectiva de que la escuela integrada y humanizada puede ser el camino para que estos retos sean vistos como crecimiento estudiantil en superarlos y promover una sociedad más justa e igualitaria. La visión del ser humano es la de un sujeto

singular, que permanentemente se autoconstruye, piensa y actúa con opciones y valores éticos, construyendo así posibilidades para una vida mejor y de calidad.

**Palabras clave:** Enseñanza; Práctica escolar; Escuela integrada y humanizada; Diferencias étnico-raciales; Diversidad de género.

## 1. Introdução

A escola é um espaço que reflete todos os problemas que o homem vivencia na sociedade. Historicamente, a educação surgiu no Brasil com o propósito de conceber o indivíduo como “ser” regulado pela Igreja, que era a responsável pela construção do pensamento social voltado à religiosidade e aos interesses da nobreza. Esse pensamento perdurou, segundo Kabengele (2004, p. 1-2), “até o século XVII”, período em que “a explicação dos ‘outros’ passava pela Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação”. No entanto, o enfraquecimento da influência da Igreja sobre a sociedade e a ascensão da burguesia fizeram o homem compreender que podia tomar novos rumos sobre a vida social sem aderir às ideias que vinham sendo construídas pelos jesuítas na formação dos gentios (índios, negros e outras raças).

Desde os tempos antigos, já se via na sociedade a necessidade de compreender a concepção de homem enquanto homem, das relações entre as raças e diversidade sexual, do domínio do homem sobre a natureza e, sobretudo, das culturas universais e pontuais da espécie humana. Assim, a Antropologia veio buscar o conhecimento e o ordenamento da complexa malha cultural humana e a relação direta com o meio onde vive e as características biológicas e psicológicas existentes nele. Dessa forma, para conhecer a essência humana, é necessário antes conhecer a diversidade cultural e as relações entre os indivíduos e o meio em que vivem.

Na atualidade, a crescente mobilização dos diversos segmentos sociais na busca do reconhecimento da legitimidade das diferenças existentes no meio social tem correspondido a uma concepção cada vez mais acentuada da função social da educação para a diversidade de todos os tipos que permeia a escola e a própria sociedade. Assim, a escola é vista como um espaço social de extrema importância para garantir o respeito à diversidade, realizar a igualdade e enfrentar os preconceitos, as discriminações e os variados tipos de violência, sobretudo, no que tange à etnia-racial e à sexualidade. Essas questões englobam conceitos fortemente construídos, ao longo dos séculos, os quais requerem atualmente a adoção de políticas educacionais que contemplem práticas escolares sem negligenciar as especificidades que as caracterizam. No entanto, o Ministério da Educação destaca que as preocupações sobre a construção do indivíduo e suas relações em termos de raças, gêneros e sexos sempre fizeram parte do trabalho escolar e das políticas públicas, mesmo que de modo diferenciado, fazendo do espaço escolar um ambiente de normalização, disciplinamento e ajustamento heteronormativo de corpos, mentes, identidades e sexualidades (BRASIL, 2007).

De acordo com Henriques *et al.* (2019, p. 11), a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira, buscando valorizar a igualdade de gênero e promover a cultura do respeito e do reconhecimento das diferenças é um acontecimento contemporâneo. Na concepção desses autores, trata-se de “uma perspectiva que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas e visa a transformar rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão”. Apesar desses temas terem sido “indiscutíveis” antes de adentrarem na agenda da educação, atualmente existem diversas linhas de discussões na sociedade que findam na formulação de políticas públicas e no trabalho da escola.

De modo geral, a inclusão de temáticas sobre as questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira ainda é incipiente. Diante da problematização dessas questões, é constatado que, a partir da década de 1980, houve o aprofundamento das discussões em torno delas no espaço escolar. Assim, as Ciências Sociais passaram então a trabalhar numa ordem de desmistificação dessas questões, analisando as múltiplas relações estabelecidas entre elas. Contudo, surgiu uma visão mais humanista, na qual se tem o indivíduo como ser singular, que permanentemente se constrói, atua com o pensamento

e age com escolhas éticas e valores, levantando, com isso, um leque de possibilidades para se construir uma sociedade melhor, mais igualitária e com o respeito às diferenças.

As questões de identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira, bem como outras questões relacionadas às diferenças, são bem remotas, vieram das lutas dos negros, dos sem-terra, pobres e outros marginalizados para que fossem incluídos na sociedade como cidadãos. Ainda hoje, é observado que essas questões estão inseridas na agenda política educacional, porém sendo considerados temas transversais trabalhados pela escola (SILVA, 2012, p.16).

Para Previtali e Fagiani (2018), no momento político atual, cujo foco se centra na ascensão das ideologias neoliberais e neoconservadoras, existem muitos fatores que requerem da sociedade a implantação de uma agenda social, política e educacional, que, além de não se afastar das questões inerentes à identidade de gênero, orientação sexual, raça e outras, simultaneamente, as coloque sobre discussões, para que, a partir daí, possa abrir espaço à inclusão e o respeito às diferenças discriminadas na sociedade.

Considerando essa discussão, a questão abordada neste estudo é: a escola integrada e humanizada traz para a sala de aula possibilidade de formação e apropriação de práticas que ultrapassam os preconceitos e a violência de raça/etnia e gênero presentes na sociedade atual? O presente estudo responde a esta questão abordando a temática da prática escolar com foco nas diferenças étnico-raciais e na diversidade de gênero, a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e qualitativo. A temática é abordada na perspectiva de que a escola integrada e humanizada possa ser um importante caminho para que a superação dos desafios da problematização, conscientização e negação de uma ideologia e prática social construídas sob os pilares da dominação de classe com base nas diferenças étnico-raciais e de gênero.

Diante da literatura levantada, a expectativa foi demonstrar que a educação escolar precisa adotar métodos e práticas que envolvam a tomada de consciência do/a docente, para que promova, de forma humanizada e integrada, o debate do preconceito e discriminações que ainda afrontam a sociedade. Não se pode esquecer que a educação escolar é a mola mestra que finda na construção do indivíduo como parte de uma totalidade social que se constrói histórica e materialmente no bojo das relações socioculturais. Atualmente, vivencia-se momentos de intensa necessidade de o indivíduo repensar suas relações e a escola redirecionar sua prática para a formação discente humanizada e balizada pelos princípios éticos.

Este estudo assume importância por oferecer um suporte teórico às futuras pesquisas sobre o tema. É importante a discussão da inclusão de questões sobre as diferenças étnico-raciais e a diversidade de gênero na prática escolar, visto que estão relacionadas ao meio em que se encontra o indivíduo, devendo, portanto, prepará-lo para superar a discriminação e o preconceito dando possibilidade de transformar a realidade. Desse modo, torna-se de grande relevância acadêmica e social a abordagem e o estudo da temática educacional com foco na prática escolar voltada à inclusão das diferenças étnico-raciais e da diversidade de gênero.

## 2. Metodologia

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa-descritiva, empregando, para tanto, a metodologia de revisão narrativa. O levantamento bibliográfico ocorreu através de pesquisas no *Google Acadêmico* (<https://scholar.google.com.br/>), da *Scientific Electronic Library Online - SciELO* (<http://scielo.br/>), Portal de Periódicos *Capex* (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>), entre outros sites acadêmicos, bem como nas publicações impressas materialmente, objetivando identificar trabalhos científicos com conteúdos referentes à prática escolar humanizada e integrada que coloque em foco o respeito às diferenças, sejam elas de etnias e raças, opção sexual etc. O levantamento bibliográfico permitiu a seleção de vários textos sobre a temática, que foram lidos e feito o fichamento das partes mais interessantes para fins deste estudo.

As palavras-chave apresentadas no resumo direcionaram a pesquisa nos sites acadêmicos, bem como a busca de material impresso. No total, trinta e sete textos com títulos relacionados ao tema proposto foram levantados. No entanto, após a leitura

dos resumos, foram excluídos quinze textos, devido não abordarem especificamente a temática, e incluídos este estudo apenas quinze publicados em material impresso e sete textos disponíveis eletronicamente, cujas abordagens traziam profundidade na discussão da escola humanizada e integrada com foco no respeito às diferenças, sejam étnico-raciais, opção sexual etc. O material bibliográfico levantado para este estudo encontra-se referenciado na parte final.

A pesquisa bibliográfica se refere a uma busca de estudos já publicados, cujas contribuições científicas se entrelaçam e ajudam na composição de um entendimento específico, no caso deste estudo, sobre a temática da discriminação étnicas-raciais e diversidade sexual no espaço escolar como promotor de uma sociedade democrática, justa e igualitária. É o processo de pesquisa, análise interpretativa e descrição de um corpo de conhecimento na busca de resposta para uma questão específica, abrangendo todo material relevante que se encontra publicado acerca do tema em livros, revistas, sites etc. É a criação de uma articulação pertinente ao que se pesquisa e a temática do pesquisador. Isso significa que apenas apresentar trechos em citações diretas ou indiretas não contribuirá com o que se pretende aprofundar (Santos & Candeloro, 2006).

A revisão narrativa é o método que busca descrever ou discutir o corpo de conhecimento sobre um determinado tema, sendo, portanto, uma seleção de trabalhos consultados a partir do ponto de vista teórico e o contexto do tema abordado. Basicamente, este método se constitui na análise da literatura publicada de forma material ou eletrônica, a partir da interpretação e análise crítica do pesquisador. Destaca-se pelas apropriações de publicações amplas sobre um assunto pré-determinado (UNESP, 2015).

Neste estudo, optou-se pelo uso de dados qualitativos e descritivos, buscando considerar e descrever atributos específicos apresentados na literatura levantada, bem como características, porém, com o afastamento de quaisquer aspectos relacionados à quantidade. Godoy (1995) define esse modelo de pesquisa com qualitativa, isto é, uma modalidade de investigação científica que está direcionada ao trato de aspectos qualitativos de um tema. A pesquisa qualitativa visa produzir informações aprofundadas e ilustrativas dentro da temática proposta.

### **3. Resultados e Discussão**

No Brasil, há instrumentos normativos e legais que fomentam uma escola voltada para o espaço democrático, participativo, inclusivo e criativo. Nesse pensamento, a escola passou a ser vista como espaço de discussões de temas vinculados ao cotidiano dos alunos, como ética, preconceito, diferenças étnicas e raciais, diversidade cultural, orientação sexual, saúde, denominados de Temas Transversais, ou seja, temas que aparecem transversalizados nas diversas áreas do conhecimento. O recomendado é que essas discussões temáticas aconteçam através da elaboração de projetos educativos pela escola (Pierucci, 1997).

No contexto educacional, os Temas Transversais são definidos como o conjunto de temáticas do dia a dia dos alunos, que podem ser trabalhadas nas diversas disciplinas. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, são compreendidos como o “conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória”, sendo necessário, para decidir os temas a serem trabalhados em sala de aula, a observação da urgência social, a abrangência nacional e a possibilidade de ensino e aprendizagem (temas ao alcance da aprendizagem na etapa da escolaridade, em especial no que se refere à Educação para Saúde, Educação Ambiental e Orientação Sexual). Os temas favorecem aos alunos a compreensão da realidade e a participação social, ou seja, os temas permitem uma visão ampla e consistente da realidade, possibilitando a conscientização da importância da sua participação social (Brasil, 1997, p. 64).

Neste sentido, Gontijo (2018) afirma que a existência humana é equacionada em um triplice universo: trabalho, sociedade e cultura. Tendo a educação escolar como mediadora e legitimadora da prática histórica humana. Desta forma, só é possível a harmonia dentro do universo humano e suas relações internas com a natureza se a educação inculcar na sociedade a formação do ser social, crítico e humano. Porém, para formar o discente ativo e participativo na construção de uma sociedade

que valoriza a igualdade e a inclusão é preciso que a missão da escola seja elaborada e executada com a participação de toda comunidade escolar, em um viés de identificar e apontar medidas práticas e possíveis de solucionar as questões enfrentadas no cotidiano escolar tais como: a violência, a intolerância e o preconceito com as particularidades e suas diversidades. Neste caminho, dando um novo significado aos objetivos da educação escolar, a qual passa a ter uma missão que ultrapassa os muros da escola e os saberes curriculares, abrindo caminho para a formação de uma sociedade justa, integrada e integrante.

Diante das questões sociais, como a violência contra a mulher, o racismo, o preconceito, a opção sexual, entre outras, é necessária uma educação para a humanização, ou seja, com práticas sob princípios éticos responsáveis, determinações políticas que possam intervir nas questões antidemocráticas que permeiam a comunidade onde vive o discente, além da adoção de uma prática escolar sensibilizatória. Para Spagolla (2019, p. 2-3), a humanização na escola se refere a uma ação diária na comunidade escolar, nas aulas, nas reuniões, no trabalho pedagógico, em um viés de fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, com a finalidade de promover através da educação uma sociedade mais justa e humana. O processo formativo humanizado proporciona a possibilidade de formar o “homem ativo, esperançoso, que aprendeu a viver junto aos seus semelhantes, na empreitada da formação e da produção social, da cultura, das relações humanizadas, ou seja, um espaço dotado de características humanas livres, conscientes e responsáveis pelo destino individual e social”.

O sujeito social é um ser com necessidade e potencialidades materiais, mas, acima disso, detém, ao longo do seu desenvolvimento, dimensões de identidade e significação que o meio lhe confere, ou seja, a cultura onde está sendo formado. Nesse aspecto, Marx (2010) explica que o indivíduo torna-se ser social e cultural a partir da sua interação com o meio natural, através da mediação do trabalho. O indivíduo detém a capacidade de não apenas reproduzir meios de sobrevivência natural, mas criar outros a partir das relações estabelecidas e determinadas historicamente e espacialmente.

Spagolla (2019, p. 3) compreende que o ser, a sociedade e a cultura se constituem em “uma intrincada rede de inter-relações entre causas externas e internas de sua formação, evolução e produção social”. Assim, convém à escola não apenas informar, repassar conteúdos e disciplinar, mas substancialmente formar o sujeito social com o conhecimento crítico acerca do processo de humanização do ser. Isso significa dizer que a escola deve priorizar na sua prática um saber que permita ao discente a promoção da qualidade necessária ao respeito e à construção da igualdade do indivíduo como seres humanizados para intervir na formação da sociedade justa, democrática e igualitária.

Para que haja uma educação humanizada e humanizadora é necessário impor uma revisão nos métodos e procedimentos pedagógicos adotados na maioria das escolas brasileiras, as quais, muitas vezes restringem os conteúdos escolares e o processo pedagógico aos conhecimentos curriculares e não à dimensão cognitiva individual, afastando-se da ideia de que o indivíduo é portador de intelectualidade e emoção que implicam no seu desenvolvimento educativo. Assim, essa educação requer um olhar mais humano sobre projetos pedagógicos e transformadores, os quais se apoiam no compromisso ético-social da educação e na construção de indivíduos que se veem e vivem como iguais.

É certo salientar que a aprendizagem do indivíduo não surge apenas no espaço escolar, advém também do “contexto concreto da vivência social da família, com todas as suas contradições, passando pelos ambientes escolares e por todo o ciclo vital; neste movimento, dá-se a dinâmica entre o racional e o emocional, o afetivo e o sentimental, fundamentos básicos de uma aprendizagem relacional, necessários para a produção e apropriação do conhecimento” (Spagolla, 2019, p. 4). Assim, é importante o docente, bem como todos os envolvidos no processo educativo, acreditar que a formação do indivíduo se inicia com um legado cultural e interação com outros indivíduos.

Dentro do contexto das diferenças e desigualdades no cotidiano escolar, Tosta (2011, p. 418) defende que não se pode negar que “fazem parte do cotidiano escolar e tais questões muito importam pelos significados que contêm e que dizem respeito empiricamente à problemática das culturas presentes na escola, mesmo que, como tais, não sejam consideradas”. Convém

lembrar que os problemas que afligem a sociedade, como as diferenças étnico-raciais, a diversidade de gênero, a desigualdade social e outras, acabam por desaguarem no espaço escolar, isso é inegável.

Tosta (2011, p. 418-427), ao abordar sobre as questões das diferenças no bojo social, explica que, “em termos epistemológicos, discute-se uma questão fundante da Antropologia, qual seja: “a relação com o outro”. Sobre as práticas educativas, observa que devem considerar as experiências culturais que advém do contexto familiar, do trabalho, do lazer, da política, da rua, dos grupos, da escola, da mídia, entre outros, “nas quais são tecidas relações sociais das quais emergem significados vários e diversos”. A partir dessas diversas relações, pode-se “pensar na constituição de identidades que, em movimentos articulados dentro e fora da escola, atravessam o cotidiano da escola, que conforma processos de socialização e de aprendizagem”. Nesse aspecto, reconhecer questões abordadas pela Antropologia se firma em um aparato para se propor uma educação voltada ao humano como ser social e sujeito ativo dentro da sociedade onde está inserido.

A forma pedagógica e a influência das matrizes filosóficas adotadas no desenvolver dos trabalhos e nas relações existentes dentro da escola oferecem influência direta na formação final dos sujeitos sociais. Dessa forma, observa-se que desde a escola tradicional, passando pela escola nova e o tecnicismo, tem-se formado sujeitos conservadores, individualistas e divididos no fazer ou pensar. A alternativa que se põe, neste cenário, a fim de ter-se uma escola humanizada, integrante e emancipadora, está contida no referencial teórico-metodológico da “Pedagogia Histórica Crítica”, desenvolvida pelo Prof. Dermeval Saviani nos anos 1970 (Saviani, 1991).

Na perspectiva de Saviani (1991, p. 20), a educação constituirá um “instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica”. Convém destacar que, como fator de equalização social, a educação exerce a prática de ajustamento, de adaptação do indivíduo à sociedade, inculcando nele o sentimento de aceitação do outro e para o outro.

No Brasil, a partir da década de 1980, desencadeou-se os movimentos sociais em defesa das minorias e em prol do reconhecimento da legitimidade das diferenças que se intensificam na sociedade, buscando alcançar, por meio de políticas públicas sociais e educacionais a promoção e o acesso aos direitos sociais. Nesse contexto, a escola passou a assumir um papel estratégico para a construção de um projeto educacional de inclusão e de respeito à diversidade, problematizado a questão das relações étnico-raciais e de gênero, não sentido da desnaturalização e sob a égide da sociedade de classes. Nesse sentido, se coloca para a educação escolar um papel preponderante para assegurar a inclusão, a promoção da igualdade de oportunidades e o enfrentamento de discriminações e as mais variadas formas de violências, sobretudo, no que tange às questões da diversidade sexual e de etnias-raciais (Brasil, 2007).

Silva (2009) coloca que a superação das discriminações, de qualquer natureza, no âmbito da educação é o alicerce para que a sociedade se firme verdadeiramente democrática, na qual as diferenças sejam respeitadas e valorizadas. É na educação que são construídas imagens estereotipadas e discriminatórias do sujeito, portanto, a prática educativa detém o poder de desconstruir essas imagens e construir o sujeito que valorize e conviva sadiamente com as diferenças. A educação antirracista, multicultural e pluriversal (não seja universal) deve se orientar pela pluralidade das visões de mundo, enfatizando o valor da diversidade que é formada a raça humana. Vale observar que a educação tanto pode ser um meio de reprodução da discriminação, do preconceito, quanto estratégia de enfrentamento dessas questões.

De acordo com Machado e Oliveira (2018), é extremamente necessário que a educação venha abranger na sua prática ensinamentos contra o racismo, preconceitos e discriminação, buscando se afastar a regulação dos comportamentos socialmente formatados que foram construídos, no decorrer dos séculos, formando apenas soldadinhos. Nessa normalidade, a escola desfocada desses problemas tão evidentes faz-se um espaço sem fundamento para a construção de um mundo mais humano e



afetivo, que seja harmonioso e desprovido da discriminação nos seus mais diversos aspectos, como racismo, homofobia, entre outras formas de violências discriminatórias.

Carvalho (2006) salienta que o processo de inclusão escolar deve se apoiar em princípios básicos, como a aceitação das diferenças individuais, a valorização do outro, a convivência com a diversidade humana, a cooperação, a empatia. Na compreensão da autora, o desafio para a prática de ensinamentos contra qualquer forma de preconceito e discriminação está centrado nos dogmas autoritários que muitos professores e gestores de educação buscam manter. Considerando o pensamento freireano, a autora critica o modelo de educação, sobretudo, por negar a dialogicidade como fator imprescindível na educação escolar, afastando do diálogo que necessário à superação do desafio da inclusão. A inclusão depende – e muito – da dialogicidade entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, de modo a instaurar uma educação problematizadora.

Podemos dizer que, nas últimas décadas, tem surgido um percentual significativo de educadores defendendo alguns princípios como básicos no trato da questão das diferenças no cotidiano escolar. Entre esses princípios norteadores de uma educação inclusiva, Rocha (2006) destaca a importância de se inserir a discussão como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo, de reconhecer e valorizar as contribuições das raças na formação do povo brasileiro, de manter a conexão entre as situações de diversidade com a vida cotidiana nas salas de aula, de combater as posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos em desfavor das diferenças, de ensinar a história do povo brasileiro, a situação de marginalização e seus reflexos na sociedade atual, de banir do ambiente escolar qualquer texto, referência, descrição, decoração, desenho, qualificativo ou concepção que passem uma imagem estereotipada do negro, e, por fim, é importante ainda dar uma maior atenção ao mundo que rodeia os alunos e as expressões deles no contexto escolar.

Em relação as políticas públicas educacionais adotadas pelos governos federais referentes à diversidade e a inclusão, houve um certo avanço nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015), sobretudo com a promulgação da Lei Federal n. 10.639, em 2003. Atualmente, no governo de Bolsonaro, é dada pouca ênfase à temática educacional que aborda os debates étnico-raciais e a diversidade de gênero nas escolas. Portanto, a escola deveria proporcionar uma educação comprometida com a igualdade e a inclusão das diversidades, porém, nos tempos atuais, ainda existe muita resistência à abordagem dessa temática inclusiva no contexto escolar, especialmente na Educação Básica. Assim, se faz necessário a elaboração e implantação de políticas públicas e iniciativas educacionais inclusivas, no sentido de tornar a escola um espaço de acesso a todos, que, além de proporcionar o conhecimento científico escolar, possa abordar padrões sociais de relacionamentos democráticos pautados no respeito às diversidades presentes na sociedade e na escola. É certo ressaltar que, na medida em que se propõe uma escola democrática e pluralista, é preciso atentar-se à formação e à capacitação dos docentes para construção da cidadania e do respeito à diversidade que permeia o espaço escolar (Henriques, *et al.*, 2019).

A título de exemplo de políticas de inclusão das diferenças no contexto escolar realizadas nos governos petistas, pode-se citar a promulgação da Lei Federal n. 10.639, em 2003, com a proposta de buscar a promoção da equidade social por meio da formação de uma nova consciência sobre as matrizes étnicas e culturais presentes na sociedade brasileira. Além disso, a criação da lei enfatizou a importância da formação docente para promover uma nova consciência sobre as matrizes étnicas e culturais brasileiras. Isso proporcionou novas propostas curriculares, as quais passaram a ser norteadas por uma educação antirracista, ou seja, uma escola que trata pedagogicamente a variedade racial brasileira, sobretudo, sobre a questão do negro no país (Ferreira, 2022).

Por outro lado, Bolsonaro, em aceno à agenda de costumes, sob forte pressão de lideranças evangélicas e suas próprias convicções ideológicas, afirma que a abordagem da ideologia de gênero fosse inadmissível no ensino escolar. Em meio a essa pressão, pregava a polarização dos gêneros, homem é homem e mulher é mulher. Esse pensamento se dimensionou a tal ponto que, em 2019, o governo determinou ao Ministério da Educação a elaboração de um projeto de lei vedando o debate da ideologia de gênero no Ensino Fundamental (Soares, 2022; Jornal do Comércio, 2019).

Para além das políticas públicas há de se destacar como ponto crucial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e humanizada o papel do professor. Assim, para que se tenha práticas escolares que superem os preconceitos e a violência de raça, etnia e gênero, é imprescindível a atuação do professor para uma formação discente humanizada e consciente das diversidades sociais. Nesse sentido, Gontijo et al., (2022, p. 11) explicitam que o processo de construção da sociedade passa pela formação escolar do discente, sendo que, para se ter uma boa formação do aluno, é preciso antes ter um professor com formação humanizada, consciente e comprometido com as questões sociais e formativas do sujeito crítico e emancipado. Assim, “a humanização na escola é um processo que envolve professor e toda a comunidade escolar em prol de igualdade nas oportunidades e no combate às atitudes de ódio, racismo e violência física e psicológica que atormentam a maioria das escolas brasileiras”. Para tanto, é necessário ao professor a sensibilidade para perceber as questões sociais presentes no cotidiano da escola, sobretudo, as que envolvem o preconceito com as diferenças étnico-raciais e a diversidade de gênero, além de propor ações eficientes e capazes de solucioná-las. Desse modo, com a participação do professor e de toda comunidade escolar é possível proporcionar a oferta de uma educação que valorize e respeite as singularidades e as diversidades.

Nesse sentido, a educação escolar é o meio mais certo para garantir a inclusão social e o pleno exercício da cidadania. Para isso, o ensino deve ser de qualidade e emancipatório, ofereça a formação científica e cultural ao indivíduo, sem qualquer distinção discriminatória. Além do mais, observa ainda a importância da implantação de “políticas socioeducacionais que priorizem a inclusão, a garantia da permanência, a formação com qualidade, a igualdade e equidade de oportunidades e a unidade na diversidade pode contribuir para a transformação tanto do contexto educacional quanto de outras esferas sociais” (Henriques, *et al.*, 2019, p. 41).

É válido frisar que a formação de gestores, educadores e demais profissionais da educação envolvidos no processo educativo assume extrema importância para que se debata junto à comunidade essas diferenças que são discriminadas no espaço e na comunidade onde está inserida. Não basta que a escola transmita conteúdos, deve buscar um amplo debate sobre a “centralidade dos princípios dos direitos humanos e do reconhecimento das diversidades como norteadores de uma política educacional inclusiva e de qualidade” (Henriques, *et al.*, 2019, p. 38).

Sob o aspecto da formação docente, nota-se que existe um vácuo enorme entre os modelos de formação de professores vigentes e os valores e comportamentos que exigem a realidade da sociedade atual. Assim sendo, convém ressaltar que a formação do professor voltada ao reconhecimento e valorização das diferenças no contexto escolar significa desestruturar mitos já apropriados em tempos passados. Porém, implementar o respeito e a valorização das diferenças e da diversidade de gênero não depende apenas do conhecimento do professor, é dependente ainda de materiais didáticos que contemplem essas questões sociais. Além disso, é percebido ainda certo descaso das escolas na construção de um Projeto Político Pedagógico direcionado ao trato dessas questões (Ferreira, 2022).

Contudo, é importante observar que há movimentos sociais reivindicando uma educação voltada aos princípios humanos, na formação de indivíduos com discernimento da realidade onde estão inseridos, ou seja, caracterizada pela divisão social em classes, que, por sua vez, é transversalizada, segundo Antunes (2018), pelas relações de dominação e opressão de gênero, de raça e etnia. Mas para que a escola possa ser exitosa nessa empreitada é preciso que se repense não apenas a sua prática, mas a formação dos profissionais que estão envolvidos no processo educativo.

Finalizando, não se pode deixar de mencionar a discussão de Spagolla (2019), ao definir que a humanização da educação e da escola e “processo e produto” oriundos de conquista de educadores transformadores, os quais trazem nas suas ações diárias a prática dos princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade, da cooperação etc., como meios de promover uma sociedade mais justa e humana. A educação humanizada e humanizadora requer a revisão dos métodos, procedimentos pedagógicos que, muitas vezes restringem os conteúdos escolares e o processo pedagógico à dimensão cognitiva e competitiva, afastando-se da ideia de que o indivíduo é portador de intelectualidade e emoção que implicam no seu convívio



social e isso significa um olhar mais humano e coletivo sobre a prática escolar e o compromisso ético-social da escola na formação de indivíduos que se vejam iguais, sem aparatos discriminatórios e de violência.

#### 4. Considerações Finais

Podemos considerar que a problemática das questões étnico-raciais e de gênero presentes na sociedade brasileira remetem à educação escolar e seu papel formador do ser humano, numa perspectiva da conscientização e de uma prática transformadora na inclusão e na negação de todas as formas de dominação e de opressão. Cabe à escola e aos professores/as o desenvolvimento de conteúdos, metodologias e estratégias para a promoção do respeito à diversidade.

O processo educativo se finda em garantir não apenas a promoção do conhecimento, mas a garantia da inclusão, a promoção da igualdade de oportunidades e o enfrentamento de preconceitos nas mais variadas nuances, de discriminações e dos variados tipos de violência, sobretudo, aquela relacionada às questões de gênero e sexualidade, tão evidentes atualmente, quando se impõe o retrocesso educacional, expresso, por exemplo, no negacionismo e na difusão das ideologias sexistas.

O estudo permitiu a compreensão de que, mesmo diante de iniciativas de órgãos governamentais e movimentos sociais, buscar a humanização pela educação escolar no Brasil é um caminho que pode aprimorar a prática escolar pautada no desenvolvimento do indivíduo com respeito às diferenças na sociedade, em todos os seus aspectos. A Antropologia é uma ciência que pode auxiliar nessa caminhada, porém é necessário que a formação docente a veja mais como sustentação do processo educativo diante de uma sociedade que se mostra permeada por preconceitos, discriminações, violências e opressão. Além do mais, não se pode deixar de adotar políticas públicas educacionais que articulem o trabalho docente sem negligenciar os problemas que assolam a sociedade atual de maneira desumana, desrespeitosa do indivíduo como ser humano e sujeito social.

Sabemos que a escola não está apartada da estrutura da sociedade, que, por sua vez, está pautada no individualismo e na competitividade voltada para a satisfação do mercado. Mais uma vez, se faz importante lembrar Antunes (2018), ao afirmar que a sociedade que valoriza o capital desvaloriza a vida humana. Hoje, vivemos a exacerbação da opressão e da discriminação com base na raça/etnia e no gênero. Nesse contexto conflituoso, a proposta de uma escola integrada e humanizada, desde a formação docente, é um dos caminhos para que os desafios sejam enfrentados e vistos como crescimento do docente e discente na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, com respeito ao convívio de grupos diferenciados num espaço democrático. Para tanto, é preciso se apoiar na visão do ser humano como sujeito singular, que permanentemente possa se autoconstruir, pensar e agir com opções éticas e valores, construindo, assim, possibilidades de uma vida para além das determinações da sociedade de classes.

Por fim, sugere-se que as novas pesquisas abordem o contexto da formação do professor para uma prática voltada ao trato das diferenças étnico-raciais e da diversidade de gênero no espaço escolar, demonstrando o quanto a formação do professor se encontra afastada da demanda de escola verdadeiramente inclusiva. Pois, para se ter uma escola integrada e humanizada, é preciso antes formar professores que abracem a desconstrução de uma ideologia e prática consolidadas no seio da sociedade brasileira, uma ideologia que representa a desumanidade, a dominação e a opressão de classes menos favorecidas. Em suma, a educação não pode servir de mecanismo para manter e refletir essa ordem social desumana e sim ser um mecanismo para maior inclusão no movimento do metabolismo social.

#### Referências

Antunes, R. (2018). *O Privilégio da Servidão*. Boitempo.

Brasil (2007). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Superar Preconceitos*. Brasília: MEC.

Brasil (1997). Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF.

- Carvalho, R. E. (2006). *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Mediação.
- Costa, M. V. (2008). *Currículo e pedagogia em tempo de proliferação da diferença*: In *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Costa, V. B. da.; & Gonçalves Júnior, L. (2022). *Inclusão, Educação e Diversidade: múltiplos olhares*. [https://www.educere.br/bruc.com.br/arquivo/pdf2008/621\\_435.pdf](https://www.educere.br/bruc.com.br/arquivo/pdf2008/621_435.pdf).
- Ferreira, C. M. da S. (2022). *Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva*. <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/reaa/v3n5/v3n5a12.pdf>.
- Godoy, A. S. (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo. 35 (2, 57-63).
- Gontijo, J. R. M. (2018). *Reforma do Ensino Médio: aspectos pedagógicos, formativos, legais e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, Uberaba, MG. <https://www.repositorio.uniube.br/handle/123456789/631>.
- Gontijo, J. R. M.; Fagiani, C. C.; & Previtali, F. S. (2022). *Desafios para uma formação e desenvolvimento profissional docente que possibilite uma educação de qualidade e humanizada*. <https://www.rsjournal.org/index.php/rsd/article/view/29378/25612>.
- Henriques, R. et al. (2019). *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad4\\_gen\\_div\\_prec.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf).
- Jornal do Comércio (2019). *Bolsonaro diz preparar PL que proíbe "ideologia de gênero" no Ensino Fundamental*. [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/politica/2019/09/701334-bolsonaro-diz-preparar-pl-que-proibe-ideologia-de-genero-no-ensino-fundamental.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/09/701334-bolsonaro-diz-preparar-pl-que-proibe-ideologia-de-genero-no-ensino-fundamental.html).
- Kabengele, M. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>.
- Machado, G. E.; & Oliveira, V. M. F. de (2018). *Gênero, diversidade sexual e educação*. Eulim.
- Marx, K. (2010). *O Capital*. Boitempo. 2010.
- Pierucci, A. F. (1997). *Interesses religiosos dos sociólogos da religião*. In: ORO, Ari Pedro; & STEIL, Carlos Alberto (Org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes.
- Previtali, F. S.; & Fagiani, C. C. (2018). A educação, o poder da ideologia e a escola sem partido. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*. DOI: 10.22483/2177-5796.2018v20n3p583-599.
- Rocha, R. de C. (2006). *Almanaque pedagógico afro-brasileiro*. Mazza Edições.
- Santos, V.; & Candeloro, R. J. (2006). *Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas*. AGE.
- Saviani, D. (1991). *Escola e Democracia*. (25a ed.), Cortez: Autores Associados.
- Silva, M. R. (2012). *Cultura, direitos humanos e relações étnico-raciais*. PUC.
- Silva, A. C. V. (2009). *Educação, (In)Diferença e (Des)Igualdade: um olhar sobre a questão racial no cotidiano escolar*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Santos, Santos.
- Spagolla, R. de P. *Afetividade: por uma educação humanizada e humanizadora*. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2343-8.pdf>.
- Soares, I. (2022). *Bolsonaro sobre a ideologia de gênero nas escolas: "não admitimos"*. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html>.
- Tosta, S. P. (2011). Antropologia e educação: culturas e identidades na escola Magis. *Revista Internacional de Investigación en Educación*, 3 (6, 413- 431).
- UNESP. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Agrônomicas. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos (2015). *Tipos de revisão de literatura*. <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>.